



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRT DA 2ª REGIÃO**

**ATA DE REUNIÃO
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Em 26 de fevereiro de 2021, às onze horas, de forma telepresencial, via plataforma zoom, reuniram-se sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga; a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz, o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior; e os servidores Alexandre Aguenta Arakaki, Aline Maria de Castro Silva Rossi, Cláudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Louise da Serra Ogata, Debora Forlin Granja, Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo, Eduardo Antônio Engholm Cardoso, Elaine Caire, Eliana Maiellaro, Gabriel Pio de Paula, Gilda Garcia, José Américo Zampar Junior, José Erigledson da Silva, Jorge Costa Silva, Katia Regina Cezar, Luis Carlos de Paula Reseck, Ronaldo Prado Amorosino, Thaisa Carla Santos do Nascimento. Presentes os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi, Karen Outa, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thais Tie Myasaki e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

Ausentes, justificadamente: a Exma Sra Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, a Exma Sra Juíza Regina Celi Vieira Ferro; e os servidores Daniela Ferrari Kovacs, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, José Renato das Graças Amaral, Marcus Vinícius da Silva Batista, Narjara, Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira Rodrigo Correa da Cunha, Thays Martinez, Vanessa Spadotto Alves e Vera Lúcia de Oliveira Aguiar.

O Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga agradeceu a presença de todos, dando início às deliberações sobre os assuntos citados a seguir.

Cientificou-se aos presentes do novo contrato firmado entre o Tribunal e o Instituto Jô Clemente, antiga Apae de São Paulo, e esclareceu-se sobre a necessidade de remapear as áreas em que os aprendizes atuarão, devido ao novo cenário de atividades telepresenciais, à alteração de local de trabalho e à substituição de tutores de dois aprendizes. O novo contrato prevê duas palestras de sensibilização, sendo uma somente para os tutores e pessoas que trabalham com os aprendizes e, a segunda, com apoio da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região (Ejud2), será voltada para o público interno do Tribunal.

Abordou-se os cursos e palestras solicitadas à Ejud2, para o ano de 2021, através do “Memorando nº 02/2021-ACESSIB: Projeto Pedagógico – Diretrizes e políticas educacionais públicas à implementação de Cursos e Eventos para o Ano Letivo 2021” e o orçamento disponibilizado para eventos de conscientização que a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão terá no presente ano, conforme “Ofício EJUD2 nº. 34/2021”, encaminhado a Seção de Acessibilidade e Inclusão. Nesse sentido, o representante da Ejud2 acredita que não haverá óbice em atender os eventos solicitados, pois estão previstos no orçamento da Escola Judicial, inclusive o Curso Lei Brasileira de Inclusão - [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#), será ministrado pela servidora Katia Regina Cezar, com previsão para o início para maio.

Quanto ao evento de acessibilidade programado para o primeiro semestre sobre a avaliação Biopsicossocial da Deficiência, em conversa com a Professora Izabel Maior sugeriu que fosse realizada no segundo semestre, pois esta por vir uma nova regulamentação. Nesse sentido, sugeriu-se a substituição da palestrante para o professor Dr. Romeu Kasumi Sasaki e, em caso de impossibilidade deste, sugeriu-se, também, o auditor do trabalho, Rafael Guiguer.

Comunicou-se sobre o fim da atuação do Intérprete de Libras em abril. A falta de intérprete em Língua Brasileira de Sinais sempre foi uma questão a ser superada, principalmente quanto ao cumprimento da [Resolução nº 218/2018](#) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que estabelece um valor de R\$ 58,68 (cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos) para uma interpretação de 3 horas. E, também, quando havia acordo entre as partes, os intérpretes não recebiam o valor devido, ou ele recebia o valor somente após alguns anos, decorrido o transitado em julgado da ação. Diante desse cenário, os profissionais cadastrados desistiram de prestar os serviços este Tribunal.

Foram sugeridas medidas para solucionar este desafio da falta de intérprete de Libras, tais como: estudo da viabilidade de contratação de empresa que preste o serviço de interpretação em Libras para audiências, perícias e outros atos processuais; consulta a outros Tribunais para verificar como realizam a contratação deste profissional; divulgação de notícia na intranet sobre vaga de intérprete em Libras com função comissionada; consultar a prefeitura de São Paulo sobre a viabilidade de parceria; solicitação de alteração do [Ato Conjunto 193/2008](#) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para inclusão da especialidade de intérprete de Libras.

O presidente da Comissão lembrou que as interpretações em Libras é uma necessidade da Escola Judicial, da Comunicação Social etc.; são diversos os eventos públicos que devem ter intérprete em Libras para dar cumprimento às normas de acessibilidade e Inclusão. Existem duas frentes, uma são as audiências que é um problema específico de cidadania e ligado ao direito de postulação e de recorrer ao judiciário de cada cidadão, o outro é como o Tribunal se comunica com a sociedade de forma geral, seja num curso ou numa publicação, de uma forma mais geral com a necessidade de envolver o cerimonial, a Ejud, comunicação, pois são esses se comunicam com a sociedade.

Cientificou-se sobre a mudança da Seção de Acessibilidade e Inclusão para o Edifício Sede, agradeceu-se a engenharia no empenho em adequar o espaço a Seção de Acessibilidade e Inclusão tendo em vista a acessibilidade do local para os cães guias, cadeira de rodas e ter espaço para quem vem consultar a Seção, que pode ser pessoa cadeirante.

Sobre a entrega do Projeto Executivo da adequação das instalações do Fórum Ruy Barbosa e seu entorno às normas de acessibilidade, a representante da Coordenadoria de Infraestrutura predial, comunicou a solicitação a rescisão do contrato com o Decio Tozzi. A servidora fez um breve histórico das dificuldades enfrentadas e da entrega de material muito insatisfatório. Esclareceu que os arquitetos e engenheiros do Tribunal possuem capacidade de elaborar o projeto executivo.

Cientificou-se sobre a participação da servidora Claudia Moniak no evento: “Espaço da Cidadania e seus parceiros pela inclusão, 20 anos”, realizado em 25/02/2021 as 10h00 pela plataforma Zoom e pelo Facebook. O evento contou com a interpretação em Libras.

Sem mais, a reunião foi encerrada.

DESEMBARGADOR ALVARO ALVES NÔGA

